

A memória como desagregação da identidade nacional em *As naus*, de António Lobo Antunes

Gabriella Kelmer de Menezes Silva* 

Introdução

Já foi muito repisada a asserção de que a literatura contemporânea portuguesa se lança, sobretudo na porção final do século XX, aos experimentalismos linguísticos e à obsessão histórica (GOMES, 1993; CARVALHAL; TUTIKIAN, 1999; LOURENÇO, 1984). Considerados o fim tardio do regime ditatorial salazarista e o suspiro derradeiro do imperialismo em África, eventos cujo elemento traumático foi silenciado na primeira hora do pós-revolução (LOURENÇO, 1978), é igualmente aceita a necessidade de revisão dos predicados identitários que outrora serviram como chave de leitura do lusismo e do povo português.

Relacionam-se os dois elementos – de um lado, a literatura e sua incursão estética e histórica, de outro, a urgência de interpelação não apenas daquilo que caracterizava a identidade portuguesa, mas do próprio mundo colonial que a valorava – em *As naus*, sétimo romance de António Lobo Antunes, publicado em 1988. A obra se inscreve duplamente na história ao situar, dentro do meio milhão de pessoas que compõem a camada de retornados evadidos dos países africanos depois do encerramento das guerras coloniais (PIRES, 2003), algumas figuras ilustres de séculos anteriores, quando era ainda rutilante a forja que moldaria a concepção de Portugal como nação aventureira, conquistadora, prometida.

Assim, o andamento do romance justapõe criticamente dois discursos basilares – e por vezes simultâneos – sobre Portugal como centro e como margem, conforme aponta Maria Calafate Ribeiro (2004). Sendo comum a interação entre os discursos, uma vez que está a percepção de Portugal como centro rodeada “de fantasmas de periferia” (RIBEIRO, 2004, p. 30), enquanto as imagens periféricas são “frequentemente imbuídas de fantasias de centro” (RIBEIRO, 2004, p. 30), a perspectiva romanesca se singulariza pela desapropriação empreendida ao solidificar a fantasmagórica marginalização portuguesa a partir dos mesmos atores que possibilitaram a perpetuação – tantas vezes puro alumbramento – da ideia de centro.

Convergem a Portugal de nações diferentes as personagens de *As naus*. Pedro Álvares Cabral – “Pedro Álvares quê?” (ANTUNES, 2006, p. 16), questionará um escrívão da puridade ao recepcionar os retornados – viveu em Angola por dezoito anos. É de um musseque desse mesmo país que parte, abraçado ao caixão paterno, o homem chamado Luís, “a quem faltava a vista esquerda” (ANTUNES, 2006, p. 21). Lá também viveram Vasco da Gama, depois de sua viagem à Índia, e Manoel de Sousa de Sepúlveda, que deixou para trás o Malanje. Francisco Xavier, residente de Lisboa e dono do já mencionado empreendimento hoteleiro que abriga retornados e direciona suas mulheres à prostituição, é

* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1757-8709>. E-mail: gabi.kelmer@gmail.com

moçambicano de ascendência goense. As figuras de um padre missionário português e sua esposa se evadem da Guiné Bissau no pós-guerra, alojando-se ambos em acomodações cada vez mais precárias na Lixboa ficcional, assim grafada, em recurso arcaizante que aproxima a confusão globalizada e decadente dos anos 1970 aos traços coloniais do passado. A essas figuras ainda se somam outras, como o rei D. Manuel, o condestável Nuno Álvares Pereira e os exploradores Afonso de Albuquerque e D. Francisco de Almeida.

Embora ocupem o espaço lisboeta tanto quanto suas eternizadas versões, habitantes de praças e monumentos, personagens como Pedro Álvares Cabral, Luís de Camões, Diogo Cão, Gil Vicente e até o vizinho ibérico Luís de Cervantes experienciam – ao menos um deles não pela primeira vez, considerada a biografia errante do poeta quinhentista – a dessacralizada e rasteira vivência da marginalização como refugiados no próprio país. Assim, a narrativa antiepopéica de António Lobo Antunes, ao promover a “dessacralização dos mitos” e dos “heróis de Camões” (SIMÕES, 1997, p. 240), enverga violentamente a concepção histórica do expansionismo português, encontrando uma nação não apenas reduzida às próprias fronteiras, que passam a confiná-la, mas também vitimada por uma crise cujos efeitos são anteriores à suspensão da ambição imperialista. Notabilizam-se, no romance, tanto o retorno territorial quanto a urgência de um diagnóstico – anacrônico e reformador – de um território cujas fronteiras eram vagamente compreendidas, dadas as aspirações vertiginosas que encobriam seus limites.

É a partir de uma “confluência de narração onisciente com narração em primeira pessoa” aliada à “interpenetração do passado no presente sem maior definição temporal” (RODRIGUES, 2004, n.p.) que o romance se constitui. O movimento do texto, ao acompanhar a chegada das personagens à arcaica e contemporânea Lixboa e retornar vez e outra aos espaços intangíveis de África, é mediado pela memória no desvelamento e elaboração das personagens e no refazimento da memória social, que confronta discursos externos ao texto a partir de questionamentos quanto à identidade portuguesa, ao repatriamento e à vivência biográfica dos seres históricos ficcionalizados na obra.

Tendo em vista esse recorte e a confecção do romance, este artigo visa discutir a memória a partir das concepções de estudiosos como Walter Benjamin (1987) e Paul Ricoeur (2007), considerando os efeitos da natureza imprecisa e não linear do procedimento memorialístico na leitura das personagens em sua relação com a pátria. Para isso, lançaremos mão da leitura integrativa (CANDIDO, 2014), pela qual associaremos os dados estéticos aos elementos sociais internalizados pela narrativa, observando o discurso memorialístico e de que modo ele impacta as identificações de duas personagens do romance, quais sejam Pedro Álvares Cabral e o homem de nome Luís.

Memória e história, memória involuntária

Em uma dada passagem de *As naus*, Diogo Cão, referendando sua contraparte histórica, é identificado, desde o Residencial das Índias, onde se hospeda em Lisboa e é apresentado a Pedro Álvares Cabral, como aquele que “tinha trabalho em Angola como fiscal da Companhia das Águas” (ANTUNES, 2006, p. 53). Ao longo do dia, todavia, depois de sentar-se ao bar e beber, afirma, com certo grau de incerteza, que “há trezentos, ou quatrocentos, ou quinhentos anos comandara as naus do Infante pela Costa da África abaixo” (ANTUNES, 2006, p. 53).

Fica evidente, nesse ponto, a estratégia do romance para constituir a subjetividade das personagens frente ao passado: sobrepõem-se muitas vezes memórias de tempos remotos, quando do processo de expansão e navegação ibérica, a outras, mais recentes, de uma vivência mundana em África e em Portugal. O recurso, que cria, por efeito, um tempo esborrado e confuso no presente, próximo dos momentos altos da história lusitana e da derrocada do Império, produz simultaneidades provocativas, situando, de um lado, o “tempo de oitavas épicas e de deuses zangados” (ANTUNES, 2006, p. 53), revivificado e entretanto também fraturado pelo processo memorialístico, e, de outro, a vivência caída que resulta na trajetória de volta a Lixboa, capital que acomoda desajustadamente os retornados.

Em termos da elaboração romanesca, articularemos, simultaneamente, as concepções de memória, história e identidade, uma vez que as personagens, embora centradas em sua experiência pessoal, evocam a revisão da vida portuguesa. Mobiliza-se assim o discurso histórico a partir da elaboração de alternativas à cristalização da narrativa heroica dos descobrimentos e da obstrução das vias de identificação entre os sujeitos e a história oficial, ora dilatada pelo discurso nacionalista.

Em sua obra *Memória, história, esquecimento*, Paul Ricoeur concebe algumas conceituações que servirão ao amparo da análise literária aqui empreendida. O autor reflete sobre os matizes que vinculam história e memória, pautando, acerca desta última, sua aspiração à verossimilhança e seu grau indelével de inconfiabilidade, uma vez que “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 41). A memória, como iluminação e retorno, como captura de um antes que só pode ser retomado em sua característica fragmentária, anda lado a lado com o esquecimento, rasura que a dinamiza e com ela se alterna na consciência (RICOEUR, 2007).

Configurada nesses termos, a memória é analisada, dentre outros contextos, na região problemática que abriga os conflitos entre “memória individual, memória coletiva, memória histórica” (RICOEUR, 2007, p. 41). O filósofo, a partir desse encontro, aplica conceitos freudianos como o luto e o trauma, tendo em vista “a relação fundamental da história com a violência” (RICOEUR, 2007, p. 92), de que deriva a glória e a celebração de uma memorização forçada, “arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum” (RICOEUR, 2007, p. 92).

Compreende-se, assim, que as narrativas nacionais – que agem como princípios unitários a partir de uma memória histórica coletiva – constituem forçosamente pontos de encontro entre sujeitos, que as reproduzem sem se darem conta dos traumas a que são submetidos na autoidentificação com os traços comuns de uma dada nacionalidade. Para o autor, esse processo gera, em verdade, “feridas simbólicas que pedem uma cura” (RICOEUR, 2007, p. 92). Nesses termos, está a memória coletiva – a memória compartilhada por um povo, cuja identificação advém do pertencimento a um mesmo espaço – vinculada a um “amor-próprio nacional” compreendido como “objeto de amor perdido” (RICOEUR, 2007, p. 93), sendo o processo da memória coletiva uma sucessão de perdas às quais a libido permanece vinculada, caso não haja um trabalho adequado de lembrança e de luto pelas violências experienciadas ao longo do processo histórico. Parece-nos que a literatura estudada é via de articulação de algumas feridas coletivas.

Consideraremos para a análise, ademais, a compreensão de Walter Benjamin (1987) acerca da obra de Proust, em leitura que dinamiza os vínculos entre reminiscência e esquecimento. Tendo o autor

francês, em seu *Les recherches des temps perdu*, estabelecido a retomada de uma vida “lembrada por quem a viveu” (BENJAMIN, 1987, p. 37), evidencia-se como o que importa não é propriamente o vivido, “mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência” (BENJAMIN, 1987, p. 37), a que se deve forçosamente relacionar o esquecimento, como elemento da costura proustiana e, defendemos, também do processo memorialístico das personagens de Lobo Antunes.

Quanto à identidade portuguesa, consideraremos a leitura de Eduardo Lourenço (1994), que não enxerga no povo lusitano problemas de aderência à identidade nacional, mas antes uma “hipertrofia” do sentir-se português. Nesses termos, compreendemos, como o autor, que “a identidade, em sentido óbvio, é um pressuposto” que mobiliza o indivíduo, o grupo e a nação (LOURENÇO, 1994, p. 9), o que, em Portugal, constitui-se a partir do lugar de “actor histórico privilegiado da aventura mundial europeia” (LOURENÇO, 1994, p. 11).

Empregaremos essas noções para a leitura do romance, compreendendo o lugar da narrativa ficcional como distinto do espaço ocupado socialmente pela história e pela mediação que sobre ela a memória exerce, uma vez que uma e outra visam, apesar das fabricações e dos falseamentos, objetivar a sua verdade. A literatura não assume esse compromisso, sendo nesse sentido que a ruptura por ela exercida desafia frontalmente os limites interditos do processo e da memória históricos, elaborando tapeçaria própria, de objetivos também singulares.

A pátria redescoberta

Diz Paul Ricoeur (2007, p. 57), a respeito das relações entre o registro memorialístico e os lugares conhecidos, que é “na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis”. As personagens de *As naus* rememoram, ao longo da narrativa, em capítulos alternados, aquilo que deixaram antes do retorno: os espaços africanos, agora intransitáveis, e o espaço português.

No romance, é problemática a relação com África pela distância espacial e temporal que afasta as personagens e o continente outrora habitado, sendo a única via de acesso a esse passado a memória. Também quanto a Portugal problemas se delineiam. Mesmo que retornados, algo da relação dos seres ficcionais com a pátria se queda diverso, coexistindo, do território então ocupado, para além dos anacronismos entre séculos distintos, imagens bastante variadas e, de certo modo, até inconciliáveis.

É o que demonstra Pedro Álvares Cabral, que, depois de estranhar a Lixboa encontrada, rememora a infância e o passado em África. A personagem apresenta-se, no começo do romance, ao escrivão do governo, que pergunta:

Tendes família em Portugal?, e eu disse Senhor não, muito depressa, sem pensar, porque a minha velha se finou de icterícia há seis anos e dos tios que aqui permaneceram quase não me recordo ou não me recordo nunca, ignoro se ficaram em Coruche e se ficaram onde moram, com quem moram, quantos filhos têm, se estão vivos sequer. Guardo o perfil vago de um primo a chegar de licença fardado de recruta, pisando as alfaces da horta com as botas cruéis, mas por exemplo a casa, que é que quer, sumiu-se-me, salvo o espelho do vestibulo comprado na feira de Almeirim entre choro de leitões e tambores de saltimbancos, que

deformava os rostos e torcia os gestos em ondulações embaciadas, devolvendo a cada um a sua face secreta e genuína, aquela que apenas a solidão do sono ou o abandono do amor finalmente revelam. Lembro-me dos invernos com uma sementeira de alguidares e painhas no soalho a fim de receberem a chuva que descia em ampulheta das fissuras do tecto, e, mais recuada no tempo, da madrinha do meu pai a coser peúgas e ceroulas sob a cerejeira estéril das traseiras, que erguia uma das patas do tanque de lavar a roupa com a força de bíceps das raízes. E esta memória remota trouxe-lhe de súbito ao nariz o aroma de bosta de vaca dos derradeiros meses, desde que a telefonia anunciou a independência de Angola decretada por Sua Majestade, no rescaldo de um motim, durante as cortes de Lixboa, o odor do suor, da diarreia, do medo, quando colávamos em pânico os armários aos caixilhos porque daqui a nada uma coronha desventra o aparador, daqui a nada uma sapatilha esmaga o tapete a rir-se, daqui a nada o MPLA principia a disparar ao acaso e as nuças estoiram como figos numa pasta de carne branca e de grainhas vermelhas, o que julgaria o Infante, se vivo fora, lá na escola de Sagres, desdobrando mapas e consultando estrelas frente às janelas do mar, enquanto os seus capitães perseguiam dinamarquesas nas praias de Albufeira e Gil Eanes se apresentava em Lagos, pingando como um noivo exausto, com um ramo de florinhas murchas na mão (ANTUNES, 2006, p. 16-17).

Em termos linguísticos, o fragmento é narrado por duas vozes distintas, uma autodiegética (“Guardo”, “sumiu-se-me”, “lembro-me”, “colávamos”) e outra heterodiegética (“trouxe-lhe”), em alternância característica ao longo do romance. Os períodos longos, de subordinações a perder de vista e da adoção de recursos acessórios como os adjuntos adnominais (“de recruta”, “da horta”, “de leitões”, “do vestibulo”, “de saltimbancos”, “de alguidares”, “de soalho”) e os adjuntos adverbiais (“na feira de Almeirim”, “com uma sementeira de alguidares”, “no soalho”, “em ampulheta”, “sob a cerejeira estéril”), geram a impressão de um descritivismo excessivo, evocativo, que não raro combina seus vários recursos para ampliação dos efeitos gerados.

Inicia-se o procedimento memorialístico do excerto no período “Guardo o perfil vago de um primo [...]”¹. Implica-se, nas primeiras lembranças, um movimento de consciência iniciado pela pergunta do escritor que questiona os vínculos familiares de Pedro Álvares Cabral. Antes das memórias, todavia, são as ausências – os esquecimentos, as rasuras – que se exibem nas negações “quase não me recordo ou não me recordo nunca”, a sugerirem um apagamento das imagens dos tios que nunca deixaram Portugal. Como se o que permanece vivo e rememorável viesse a trote com as lacunas aferidas, em experiências concomitantes, de relação aparentemente causal, sucedem-se aos esquecimentos as lembranças.

As primeiras imagens da infância remota trazem os traços distintivos de uma vida ruralizada, o que se notabiliza pela menção à localidade de Almeirim, pelo campo semântico que abarca as “alfaces da horta”, os “choros de leitões” e a “cerejeira estéril das traseiras” e pelo processo de animalização do tanque, cujas “patas” eram erguidas pela “força de bíceps” das raízes daquela mesma árvore, associando-se aos dias a proximidade com a experiência animal. As lembranças se relacionam à melancolia, como sugerido na menção à deformação causada pelo espelho, objeto associado ao desvelamento ocasionado pelo “abandono do amor” e pela “solidão do sono”.

¹ No caso de fragmentos já citados, omitiremos os dados da citação.

No país da infância, restam apenas dois sujeitos: o vago primo, intrépido perante a fragilidade das alfaces, mas quase suprimido pela distância temporal, e a madrinha do pai, em atividade doméstica de “coser peúgas e ceroulas”, ação que, cotidiana, tanto propõe a aleatoriedade da memória como, de outro modo, uma vida desmascarada em simplicidade e insignificância. Da casa não se lembra, diz ele, empregando a expressão “que é que quer” como uma justificação perante a expectativa – sua, ou de um possível interlocutor, que poderia ser tanto o escrivão como o próprio leitor – de que se lembrasse.

A memória de Portugal logo cede lugar a Angola, todavia, em sucessão que evoca a irrupção repentina de novas lembranças dentro do processo memorialístico (BENJAMIN, 1987). A última imagem aludida, a relacionar a tia, a cerejeira e o tanque de lavar roupa, configura assim a ponte que dará início a outro rol de recordações, mais presentificadas e opressivas. É o narrador em terceira pessoa que as introduz, ao afirmar que “esta memória remota trouxe-lhe de súbito ao nariz o aroma de bosta de vaca dos derradeiros meses”, ponto em que se iniciam impressões dos últimos tempos em Angola.

Adentram a construção circunstâncias associadas ao baixo corporal, à apreensão sensorial do espaço e à abjeção da violência, como se recupera no “odor do suor, da diarreia, do medo” e em “nucas estoiram como figos numa pasta de carne branca e de grainhas vermelhas”. Nesses fragmentos, a materialização dos fluidos corporais, experienciados principalmente pela memória olfativa, e a comparação das nucas estouradas com alimentos, evocativos da cor rubra das grainhas e da púrpura dos figos e sugestivos da noção visual e palatável da pasta de carne, constituem a atmosfera de atordoamento e ameaça à vida que demarcou o fim da presença portuguesa em Angola. Serem as lembranças palpáveis demonstra a sua permanência na subjetividade da personagem, o que as opõe diretamente a Portugal da memória mais primitiva.

Além disso, há, quanto a Angola, menções espaciais e históricas que se sobrepõem: situam-se simultaneamente a ação do MPLA, a menção a uma Sua Majestade e um motim durante as cortes de Lixboa. Condensam-se no contexto narrativo séculos distintos, atribuindo-se a uma figura monárquica o processo republicano de descolonização e substituindo-se a Revolução dos Cravos, de 1974, por um motim contra as convocações régias para a discussão dos assuntos do Estado. A escolha, que estabelece paralelos entre processos históricos distintos, aproximando as autoridades ditatoriais da monarquia e as revoltas que demarcavam a insatisfação durante o período colonial da revolução contemporânea, problematiza, por essa mesma escolha, o período que a memória coletiva portuguesa convencionou engrandecer.

Desmantela ainda tal momento histórico a bivocalidade com que são colocadas contiguamente a figura do Infante D. Henrique, alcunhado “O Navegador” pelo fato de ter instigado as primeiras navegações, seus exploradores, perseguidores de “dinamarquesas das praias de Albufeira”, e Gil Eanes, um dos homens que em verdade se lançaram ao mar, chegando ao objetivo, para lá do Cabo Bojador, “pingando como um noivo exausto, com um ramo de florinhas murchas na mão”. Atuam potencialmente sobre esse trecho, sem que haja traços tipográficos que distingam as duas figuras que conduzem a narração, a voz de Pedro Álvares Cabral, que lamenta a perda de Angola e imagina a reação do Infante, e a voz do narrador em terceira pessoa, a incidir ironicamente sobre a construção. Dessa maneira, é o ridículo – na forma da dessacralização das personagens históricas, atacadas naquilo que fica delas

no imaginário português – que se associa a cada uma dessas menções, sendo um conjunto patético aquele formado pelo navegador de terra firme, pelos vulgares migrantes portugueses e por aquele que, vitorioso em sua empreitada, apresenta-se, ao cabo dela, ainda assim derrotado.

Da análise do trecho, observamos, primeiramente, como a alternância de narradores demonstra de início a subjetividade do processo memorialístico quando da adoção da primeira pessoa, em se tratando de experiências individuais. A única instância em que se evidencia a terceira pessoa – momento no qual a personagem é arrebatada por uma lembrança repentina, vivificada, de Angola – propõe uma medida de objetivação do processo de reminiscência, repentinamente visto à distância. Ao tirar da personagem a narração, sugere-se um grau de vulnerabilidade e passividade do ser ficcional perante a força do processo memorialístico, reinscrevendo-se Pedro Álvares Cabral, a seguir, na experiência física do medo (“colávamos em pânico os armários aos caixilhos”).

Em termos das relações com cada um dos espaços tratados, é evidente a maneira presentificada com que Angola é retomada pela personagem, restando mais recorrentes os tempos de desespero vividos logo antes da chegada a Portugal. Em comparação, as memórias da infância propõem uma distorção como a do espelho do vestibulo, gerando a impressão – para além da especificidade fragmentária de alguns objetos e sujeitos – de um contorno difuso dado às lembranças.

Memória e epopeia

Também o homem de nome Luís, que não é inteiramente Camões, dado que lhe faltam epopeia e espada (embora não a estátua, que aparece a certa altura do romance), enreda-se em reminiscências. Conhece-se, assim, sua vida no Cazenga depois que o pai é assassinado por uma patrulha. Antes de partir, escolhe o filho a urna onde é depositado o corpo paterno, ao qual, dentro do cenário devastador da guerra, de corpos ao chão e abandono dos mortos, esquece-se ele de beijar uma última vez antes de confiná-lo para a eternidade.

Cruzam os dois o Atlântico, em uma nau que também atravessa Miguel de Cervantes e Vasco da Gama a Portugal, e tem o homem de nome Luís, que não possui a vista esquerda, de se agarrar ao caixão para evitar seu deslocamento dentro da nau, onde o vômito e a precariedade se acomodam para desconforto dos passageiros. A chegada a Lisboa é ainda de expectativa, ficando a personagem de três a quatro semanas a esperar as posses que confiou ao próximo navio. Todavia, a espera é frustrada, e tem o homem de encontrar destino para o corpo do pai, a que muitas leituras já associaram um apego desmedido ao passado. Ainda nos primeiros momentos em solo português, antes de alvorecer, ele rememora o vivido:

Em África, semeada de padrões, de destroços de caravela e de armaduras de conquistadores finados, os mochos plantavam-se no centro das picadas e deixavam que os carros os atropelassem, mochos de olhos amarelos como as barbatanas da água e os pirilampos dos camiões: viamo-los tarde demais, buzinávamos e um remoinho de penas cinzentas, mais cabelos do que penas, embatia no vidro e morria para trás de nós, a perder-se nas lavras de girassóis adormecidos por onde os burros do mato trotavam sem descanso. Em África, ao contrário daqui, o meu nariz palpava os odores e alegrava-se, as pernas conheciam os lugares

de caminhar, as mãos aprendiam com facilidade os objectos, respirava-se um ar mais limpo do que panos de igreja, até a guerra civil dar um tiro no velho, me encafiar com o reformado e o maneta dos moinhos num porão de navio, e os perfumes e os rumores das trevas se me tornarem estrangeiros porque ignoro esta cidade, porque ignoro estas travessas e as suas sombras ilusórias, porque apenas soletro o porto e as traineiras, presentes de dia e ausentes de noite, sem contar os corvos e as gaivotas excitadas pelo relento do defunto, debicando o crucifixo à procura da carne podre oculta no túmulo de verniz (ANTUNES, 2006, p. 27).

Como no fragmento anterior, sucedem-se no excerto períodos longilíneos, em estratégia que hiperboliza a experiência de leitura, que, conquanto sem romper com a linearidade, propõe uma sucessão de impressões urgentes, quase simultâneas, a implicarem de um lado uma experiência de excesso e de outro uma subjetividade angustiada, ansiosa. Há, além disso, a anáfora que se estabelece na reafirmação de “Em África”, que opõe a vivência presente, lisboeta, a um espaço e um tempo que a personagem prefere, mas já não pode reaver.

O que inicialmente se estabelece são os traços da África colonial, que, “semeada de padrões, de destroços de caravelas e de armaduras de conquistadores finados”, carrega os dados remotos da permanência portuguesa, já então vistos à distância, uma vez que estão em destroços as embarcações e finados os colonizadores. Configura-se outro anacronismo, nesse ponto, porque vivem esses elementos em simultaneidade com os carros e os caminhões.

A tensão entre passado e presente complementa-se, ainda, pelos dados da modernidade – nos mesmos veículos já introduzidos – e os elementos da natureza, que tomam forma nos “mochos de olhos amarelos”, nas “barbatanas da água”, nos “burros do mato” e nos “girassóis adormecidos”. Em os “pirilampos dos caminhões”, comparáveis aos mochos, a construção elabora a junção irregular de polos opostos; não se pode falar propriamente em síntese, todavia, uma vez que, de modo pouco distinto ao que ocorre aos mochos, a natureza se vê submetida à manifestação persistente da dominação humana (os pirilampos pertencem aos caminhões).

A violência dos mochos, que se plantam “no centro das picadas”, é evocativa de outras violências, apenas sugeridas: as penas cinzentas são “mais cabelos do que penas”. Vendo-os tarde demais, os portugueses, em que se inclui o homem de nome Luís, passam por cima dos mochos em um “remoinho”, que se pode associar, sem grandes esforços, ao processo histórico exercido pela dominação lusitana em território angolano. Que a personagem buzine para aviso dos animais não apaga a permanência da imagem das penas contra o vidro dos carros, estes indiferentes ao dano causado.

Para o homem de nome Luís, África – dos odores que alegram, dos lugares conhecidos, das mãos que tateiam sabidamente o mundo ao redor – é transformada quando da morte do pai, no momento em que a guerra civil vitima a família. Antes, o que é acessado pela reminiscência é, ainda que seja o acontecimento com os mochos incômodo, pertencimento e propriedade: é a partir dessas compreensões que se pode conceber sensações positivas associadas à experiência angolana, sendo então os odores, os objetos e os lugares compreensíveis. Evidencia-se, no fragmento, a maneira com que a subjetividade do ser ficcional está implicada no ambiente atrás deixado; como os “lugares de memória”, para usar uma expressão de Ricoeur (2007, p. 59), são todos distantes.

O esfacelamento identitário

Se é a memória individual o único modo de as personagens recuperarem o que já não pode ser experienciado de outro modo, isoladas como estão em uma Lixboa que tem apenas a precariedade a oferecê-las, é antes a memória coletiva nacional, como mecanismo de autocompreensão de um povo, que se vê interpelada pela narração do romance de Lobo Antunes. Implica-se, dessa maneira, o deslocamento da face preferencial de Portugal ao longo de sua história, na qual a violência do processo colonizatório e imperialista foi omitida em favor de uma aceção messiânica do passado português (LOURENÇO, 1978, 1994).

Nesse contexto, corresponde à trajetória das personagens a desagregação da concepção identitária portuguesa. Pedro Álvares Cabral, tendo encerrado a narrativa fugido, deixando para trás a família com que ingressara no território português, é logo despido de qualquer influência sobre a mulher e o filho, aceitando passivamente a prostituição daquela e a indiferença deste. Sem condições de manter-se, rejeitado nos empregos a que se candidata, após tardes infinitas de ócio junto ao desiludido Diogo Cão, acaba por resignar-se a um novo futuro, longe da pátria, e começa a buscar meios de juntar dinheiro para mudar-se para Paris. A mudança não chega a ser confirmada, sendo o meio de transporte – ou de fuga, a depender da perspectiva – uma furgoneta de uma loja de televisores, que, seja pela função exercida, seja pela precariedade sugerida como meio de viagem, dificilmente cruzará os Pirineus.

O homem de nome Luís, de outro modo, continua em sua errância. Escreve ele a epopeia para uma realidade além da que se apresenta, embora as oitavas ficcionais não sonhem com Portugal distante, mas sirvam de escape à existência miserável na pátria vivificada. Nela, depois de dias em estações e ruas, encontra abrigo e se acostuma “a dormir rente aos ladrilhos da cozinha, pegado ao fogão”, onde, “em ânsias de fome”, buscava raízes no lixo (ANTUNES, 2006, p. 125). Sua trajetória se encerra quando recebe cama em um antigo hospício de tuberculosos, onde são todos os retornados tratados como doentes.

A loucura não demora a aparecer no lugar, a ela propício. Lixboa, afigurada como “um rodopio de casas sem destino, uma cavalgada de algerozes, de tapumes, de flechas de igreja e de ruas a quem as obras camarárias expunham as tripas dos esgotos sob um céu rebentado de pústulas de nuvens” (ANTUNES, 2006, p. 180), descrição que conjuga dados do adoecimento do corpo (“tripas”, “pústulas”, “rebentado”) a uma urbanidade de confusão e sujeira (“rodopio”, “cavalgada”, “igrejas”, “tapumes”, “esgotos”), torna-se presentemente insustentável. Não é surpresa, nesses termos, que a personagem se junte aos tísicos na espera de retorno de D. Sebastião. O fim do romance tem a personagem observando o horizonte e ouvindo “os relinchos de um cavalo impossível” (ANTUNES, 2006, p. 188).

A Lixboa romanesca, povoada de “pedintes de botas sem atacadores” (ANTUNES, 2006, p. 75), de “prédios feios, de escritórios” (ANTUNES, 2006, p. 75), de “suor do Tejo, por revoadas, de acordo com as manias das correntes, trazendo consigo vestígios de esgoto e de lugares perdidos” (ANTUNES, 2006, p. 74), é uma cidade implacável, em que não há justiça possível para as personagens, obrigadas a mendigarem trabalho e a se submeterem à exploração. Nesse contexto, os seres ficcionais analisados encerram a narrativa entre o misticismo enlouquecido, dos tísicos que aguardam o milagre antes do momento derradeiro, e a evitação absoluta do ambiente lisboeta, onde se condensam as incoerências portuguesas.

De certo modo, o homem de nome Luís e Pedro Álvares Cabral findam a narrativa em fugas dissimilares, repelindo suas realidades imediatas e excessivas. Nenhum dos dois se apazigua perante a vida possível nessa Lixboa de vulnerabilidade social e organização precária, que os expulsa e os distingue pelo seu *status* de derrotados da história. Que isso ocorra à maioria das personagens do romance só demonstra o nível de desagregação social que a ficção elabora ao amalgamar na Lixboa ficcional a Lisboa das conquistas históricas e a Lisboa contemporânea; aquela, desmistificada e intangível, e esta, humilhada pelo tamanho hipertrófico do passado. A coexistência as diminui.

Não há salvação possível em Lixboa. É nesses termos que se compara à nostalgia do território perdido a estranheza do novo ambiente vivenciado pelas personagens, sendo ele amplificador da sensação de deslocamento, em suas “travessas” e “sombras ilusórias”, em seus “corvos e gaivotas excitadas pelo relento do defunto” (ANTUNES, 2006, p. 27). É lúgubre, melancólica e fúnebre a cidade que se dá a conhecer ao longo do romance. Elaborar-se, dessa forma, na visão do homem chamado Luís, uma África que permanece primordialmente positivada, antes da ameaça que o obrigou a abandoná-la, em comparação com um espaço lisboeta que vai sendo descoberto gradativamente, em sua incongruência, em seu abandono, em seu sonambulismo. Para Pedro Álvares Cabral, de outro modo, restam, nos trechos analisados anteriormente, os horrores da estadia em Angola e as lembranças remotas da infância, sendo sua integração à pátria de desilusão e assujeitamento.

O procedimento memorialístico do romance e a desagregação da identidade pátria nele elaborada ainda se vinculam à permanência do discurso histórico oficial. Essa narrativa é recuperada pela menção repetida aos nomes dos heróis portugueses em figuras para quem o heroísmo não é só impensável, mas absolutamente irreconhecível por uma sociedade que deles se distancia, seja lá o que façam. Nesses termos, ao desvirtuar as relações entre a identidade nacional e as personagens, não mais tomadas pelo que são extraliterariamente, o procedimento romanescos, utilizando a reminiscência como recurso, dismantela o que Paul Ricoeur (2007, p. 98) chamou “memorização forçada”, via a aplainar os acontecimentos fundantes da identidade nacional. É a partir da reatualização da identidade, da exposição de sua fratura, que é possível conceber o texto literário como enunciador de incoerências aviltantes.

No jogo de correspondências entre imagens de centro e margem (RIBEIRO, 2004), em que os tempos e espaços se implicam, resta lesado desde a origem o imperialismo, processo que, no escopo da obra, é substituído pelo encontro das personagens com a loucura e com a evasão. Assim, associando a figura de Luís de Camões à pobreza portuguesa e às memórias de Angola, onde ele preferiria viver, e a de Pedro Álvares Cabral às rejeições e à passividade pouco heroica com que aceita o seu destino, o autor, caotizando a história oficial, gera curto-circuito produtivo, que mobiliza o vínculo romanescos com a vida portuguesa e expõe as violências omitidas sob o nacionalismo, tão danoso quanto menos interpelada é a sua existência.

Conclusão

Ao longo deste artigo, discutimos a memória e a identidade no romance *As naus*, de António Lobo Antunes. Tratamos as temáticas propostas a partir das compreensões de Paul Ricoeur (2007), no que corresponde à memória como fonte única de recuperação de determinadas experiências e ao elemento

de memorização forçada que existe na memória coletiva de um povo; de Walter Benjamin (1987), dentro do que o filósofo compreende como processo de reminiscência, em que se evocam outras memórias; e de Eduardo Lourenço (1978), a partir da noção problematizada de uma identidade nacional hipertrófica do povo português.

Quanto ao procedimento memorialístico, observamos de que maneira duas das personagens da obra evocam os espaços de que se evadiram quando da guerra civil angolana e se relacionam com a capital portuguesa, lugar de anacronismos no presente da narrativa. Em termos de procedimentos, concluímos que há, no caso de Pedro Álvares Cabral, um processo memorialístico que toma as lembranças mais próximas da fuga do território africano pela mobilização de recordações outras, muito mais difusas, associadas à infância portuguesa. Assim, se de África restam intensas as máculas da violência e do medo, não há apego nem pertencimento dedicados à família e ao território português. A personagem experiencia Lixboa como um território praticamente desconhecido.

O homem de nome Luís realmente nunca conheceu a capital portuguesa antes de chegar às suas praias como retornado (sendo a condição de retorno, nesses termos, uma tecnicidade). A oposição que se estabelece na memória da personagem se constrói pela diferenciação entre uma Angola pré-guerra civil, que o ser ficcional evoca com nostalgia e saudade, e a Lixboa do presente, cuja descrição é sempre obscura, esvaziada e empobrecida. Dessa forma, possivelmente como modo de evitação, ele passa a escrever oitavas que refletem o processo de confecção d'*Os Lusíadas*, estando a refração literária no fato de não amar a pátria lusitana, cantada pelo Camões histórico, a versão ficcional da figura mitificada pelo nacionalismo português.

Em termos da desagregação identitária, observamos dois níveis pelos quais a narrativa inviabiliza a identificação das personagens com a pátria: no primeiro, elas encontram obstruídos os caminhos para a solução de suas mazelas sociais, restando como única alternativa a fuga da realidade, seja ela espacial, seja psíquica; no segundo, ao reconstituir as biografias das personalidades históricas que emprestam traços e nome aos seres ficcionais, registramos a deturpação da imagem heroica estabelecida pelo discurso oficial, o que se dá tanto pelo destino dedicado aos integrantes da narrativa como pela associação dessas mesmas figuras a espaços que elas prefeririam ao coração da terra lusitana.

Acreditamos que as conclusões parciais aqui obtidas podem ser verticalizadas em novas leituras do romance, que, embora conte com amplas análises, tem bastante potencial para empreitadas a desvendarem seu material linguístico e histórico. Propomos, ademais, o aprofundamento da leitura da memória em face de outras personagens da narrativa.

Referências

ANTUNES, António Lobo. *As naus*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Brasília: Editora Brasiliense, 1987. p. 36-49. (Obras Escolhidas, v. 1)

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CARVALHAL, Tânia; TUTIKIAN, Jane (org.). *Literatura e história: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

GOMES, Álvaro Cardoso. *A voz itinerante: ensaio sobre o romance português contemporâneo*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 83-124.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

LOURENÇO, Eduardo. Dez anos de literatura portuguesa (1974-1984): literatura e revolução. *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 78, p. 7-16, mar. 1984.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

PIRES, Rui Pena. *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras, Pt: Celtas, 2003.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Inara de Oliveira. *As Naus*, de António Lobo Antunes, e o percurso anti-épico da história portuguesa. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, RS, n. 4, p. 1-12, 2004. Doi: 10.5902/1679849X74102.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. *As razões do imaginário*. Salvador: FCJA; UESC, 1997.

Recebido em 16 de novembro de 2025.

Aprovado em 11 de dezembro de 2025.

Resumo/Abstract

A memória como desagregação da identidade nacional em *As naus*, de António Lobo Antunes

Gabriella Kelmer de Menezes Silva

Este artigo tem por objetivo a análise dos dados memorialísticos do romance *As naus*, de António Lobo Antunes. Considera, para isso, as noções de memória e memorização forçada de Paul Ricoeur (2007), a concepção do procedimento memorialístico de Walter Benjamin (1987) e o entendimento de Eduardo Lourenço (1978, 1994) do processo identitário hipertrófico português. No que diz respeito à metodologia, utilizou-se a concepção de unidade entre forma e conteúdo e a internalização do dado social pela literatura, conforme a perspectiva da leitura integrativa (CANDIDO, 2014). Observou-se, ao longo da análise, como duas personagens do romance, quais sejam Pedro Álvares Cabral e o homem de nome Luís, relacionam-se, a partir da memória, com os espaços ficcionais, produzindo rupturas frente

a suas contrapartes históricas. Concluimos, ao fim da leitura crítica, que as personagens rejeitam o ambiente português e veem obstruídas as possibilidades de reconstituição de uma identidade nacional.

Palavras-chave: António Lobo Antunes, *As naus*, memória, identidade nacional.

Memory as national's identity's disintegration in *The caravels*, by António Lobo Antunes

Gabriella Kelmer de Menezes Silva

This article aims to analyse the memorialist data in the novel *The caravels*, by António Lobo Antunes. To do so, it considers Paul Ricoeur's (2007) notions of memory and forced memorization, Walter Benjamin's (1987) conception of the memorialist procedure, and Eduardo Lourenço's (1978, 1994) understanding of the hypertrophic Portuguese identity process. Regarding methodology, the analysis freely employs the notion of unity between form and content and the internalization of social data by literature, in accordance with the perspective of integrative reading (CANDIDO, 2014). Throughout the analysis, it was observed how two characters in the novel – namely Pedro Álvares Cabral and the man named Luís – relate, through memory, to the fictional spaces, producing ruptures in relation to their historical counterparts. We conclude, at the end of the critical reading, that the characters reject the Portuguese environment and find their possibilities for reconstructing a national identity obstructed.

Keywords: António Lobo Antunes, *The caravels*, memory, national identity.